

Curriculum Vitae

JOSÉ ANTÓNIO MARTINS LUCAS CARDOSO

I. Habilitações Literárias

1. Doutor em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, pela Universidade de Coimbra, com tese intitulada *A dimensão cultural do Estado – Contributo para uma análise do Estado cultural e dos direitos e deveres culturais na Constituição da República Portuguesa* (26 de Janeiro de 2015).

2. Mestre em Direito, na especialidade de Ciências do Direito Público, pela Universidade Lusíada de Lisboa, com dissertação sobre *Autoridades Administrativas Independentes e Constituição – Contributo para o estudo da génese, caracterização e enquadramento constitucional da Administração independente* (17 de Dezembro de 1999).

II. Actividade profissional

1. Professor da Universidade Lusíada de Lisboa, anteriormente assistente, desde 1990/1991, onde já ensinou *Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Ciência Política, Direito Internacional, Direito da União Europeia, Ciência da Administração Pública, Direito Público Comparado e Introdução ao Direito*, nas licenciaturas em Direito, Solicitadoria, Gestão de Empresa, Gestão de Recursos Humanos, Relações Internacionais, Ciência Política e Políticas de Segurança.

2. Professor do *Instituto Politécnico de Lisboa*, desde 2015/2016, onde ensina Direito Constitucional e Direito Administrativo.

III. Actividades profissionais anteriormente exercidas

a) Cargos públicos

1. Chefe do Gabinete de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Administração Local no XV Governo Constitucional.

2. Adjunto do Gabinete de Sua Excelência o Provedor de Justiça, de Julho de 2002 a Novembro de 2008.

b) Actividade de investigação científica

1. **Bolseiro** de Investigação da *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* entre 1 de Dezembro de 2008 e 30 de Novembro de 2012 com uma bolsa para doutoramento em Direito Constitucional. O signatário realizou, no âmbito deste bolsa, um período de investigação no *Instituto Interuniversitario para la Comunicación Cultural*, em Madrid, entre Fevereiro e Julho de 2009, sob orientação do Prof. Doutor Jesus José Prieto de Pedro, Catedrático Habilitado de Direito Administrativo da *Universidad Carlos III de Madrid* e da *Universidad Nacional de Educación a Distancia*, Director do *Instituto Interuniversitario para la Comunicación Cultural* e Titular da *Cátedra Andrés Bello de Derechos Culturales*.

2. **Investigador** do *CEJEA – Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais* da *Universidade Lusíada de Lisboa*, desde 2005.

3. **Investigador** do *CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade* da *Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Direito*, desde 2015.

c) Actividade docente

1. Assistente-estagiário, e depois assistente, do departamento de Direito da Universidade Internacional, onde ensinou *Direito Constitucional e Ciência Política*, na Licenciatura em Direito, entre 1990/1991 e 1996/1997.

2. Docente do *Programa Avançado em Direito e Economia da Regulação Social*, na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, responsável pelo módulo *Gestão Administrativa Financeira e Patrimonial das Autoridades Administrativas Independentes*, no ano lectivo de 2006/2007.

3. Docente do *Instituto Superior de Educação e Ciências*, onde ensinou *Introdução ao Direito*, na Licenciatura em Engenharia da Protecção Civil, no ano lectivo de 2013/2014.

d) Administração pública

Jurista do Ministério da Economia, antes Ministério do Comércio e do Turismo, Ministério da Economia e da Inovação e Ministério da Economia e do Emprego, de Novembro de 1994 a Setembro de 2015, com funções de consultadoria jurídica e de contencioso essencialmente em matéria de licenciamento de estabelecimentos comerciais e industriais e de incentivos financeiros à investigação e ao desenvolvimento empresarial. O signatário esteve em comissão de serviço entre Abril de 2002 e Novembro de 2008 e equiparado a bolseiro entre Dezembro de 2008 e Julho de 2013.

e) Advocacia

1. Advogado com cédula profissional n.º 10114 e domicílio profissional na Rua Rodrigues Sampaio, n.º 31, 4.º Esq.º, Lisboa. O signatário suspendeu a inscrição na Ordem dos Advogados em 30 de Abril de 2002.

2. Consultor Jurídico da *Dígitos – Contabilidade, Gestão e Informática, L.da*, com sede na Praça das Novas Nações, n.º 4, 3.º Esq.º, Lisboa, com funções na área de consultadoria e contencioso tributário.

3. Consultor Jurídico da *Engivia – Consultores de Engenharia, L.da*, com sede na Rua Padre Américo, n.º 2 A, Sala 5, Lisboa, em matéria de expropriações por utilidade pública.

IV. Outras actividades de carácter científico

1. Sócio da *Associação Portuguesa para o Direito do Ambiente*, desde 1991.

2. Colaborador permanente da *POLIS – Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, desde o primeiro número (1994), com funções de coordenador da secção *Livros e Revistas* (1995 a 2003).

3. Sócio da *Associação Portuguesa de Direito Constitucional*, desde 2003.

4. Sócio do *Centro de Estudos de Direito Público e Regulação*, desde 2004.

5. Colaborador da *Revista de Direito Público*, desde 2009.

6. Sócio do *Instituto de Direito Público*, desde 2011, com funções de Presidente do Conselho Fiscal para o mandato 2015/2016.

7. Sócio do *Instituto de Direito de Língua Portuguesa*, desde 2012.

V. Textos científicos publicados

a) Monografias

1. CARDOSO, José Lucas; *Autoridades Administrativas Independentes e Constituição – Contributo para o estudo da génese, caracterização e enquadramento constitucional da Administração independente*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002, 588 pp. (dissertação de mestrado em Ciências do Direito Público;

http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?MENU_LEFT_ID_CLASSE=187&SUB_NAV_ID_CLASS=&SUB_NAV_ID_OBJ=1261).

A dissertação foi objecto até ao momento, pelo menos, das seguintes citações:

i) **Doutrina:**

1. AMARAL, Diogo Freitas do; *Curso de Direito Administrativo*, vol. I, Coimbra, Livraria Almedina, 2009.
2. ANDRADE, JOSÉ CARLOS VIEIRA DE; *Lições de Direito Administrativo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1.ª edição, 2010, e 2.ª edição, 2011.
3. ASCENSÃO, José de Oliveira; *O comércio electrónico em Portugal – O quadro legal e o negócio*, Lisboa, Autoridade Nacional das Comunicações, 2004, disponível na internet em www.anacom.pt/streaming/manual_comercio_elec.pdf?categoryId=103880&contentId=178219&field=ATTACHED_FILE.
4. AZEVEDO, Maria Eduarda Almeida, *Temas de Direito da Economia*, Coimbra, Livraria Almedina, 2013.
5. CALVETE, Victor; *Entidades Administrativas Independentes: SMOKE & MIRRORS*, in *Revista de Regulação & Concorrência*, ano II, n.º 7/8, Lisboa, 2012, p. 63. e ss.
6. CANOTILHO, José Joaquim Gomes; *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra, Livraria Almedina, 2003.
7. CANOTILHO, José Joaquim Gomes e MOREIRA, Vital; *Constituição da República Portuguesa anotada*, vol. II, 4.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2010.
8. CARPINTEIRO, José António Palma; *O Estado Social e Regulação: Um estudo sobre a Entidade Reguladora da Saúde*, Lisboa, Universidade Católica, 2008, Dissertação de mestrado (ainda inédita).
9. ---- *A actuação das Entidades Reguladoras e a responsabilidade dos reguladores* (no prelo).
10. CATARINO, Luís Guilherme; *Regulação e Supervisão dos Mercados de Instrumentos Financeiros - Fundamento e Limites do Governo e Jurisdição das Autoridades Independentes*, Coimbra, Livraria Almedina, 2010.
11. CATARINO, Luís Guilherme; *A reforma da Regulação Financeira na União Europeia: refracção do movimento do Direito Administrativo Global*, in *Estudos de Valores Mobiliários*, 2011, disponível na internet em <http://www.institutovaloresmobiliarios.pt/?p=11>.
12. CARVALHO, Alberto Arons, CARDOSO, António Monteiro, e FIGUEIREDO, João Pedro; *Direito da Comunicação Social*, Lisboa, Texto Editora, 2012.
13. COLAÇO, António Pragal; *As OPAS nas Sociedades Anónimas Desportivas*, Lisboa, Áreas Editora, 2008.
14. COSTA, Paulo Nogueira da; *Concorrência no ensino superior – Do paradigma constitucional da igual liberdade*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2005.
15. FERRAGE, Cátia, *Banco de Portugal: uma autoridade administrativa independente*, , disponível na internet em <http://keepcalmandtalkaboutadministrativelaw.blogspot.pt/2012/11/banco-de-portugal-uma-autoridade.html>.
16. FIGUEIREDO, André Lopes Teixeira de; *A informação difundida no mercado de valores mobiliários e os poderes da CMVM: uma nova dimensão do Direito Administrativo*, disponível na internet em www.cmvm.pt/NR/rdonlyres/6D6EF9BC-67E3-4B78-813A-9582D56843BE/7171/TrabalhoCMVM.pdf.
17. GONÇALVES; João Luís Mendonça, *Da independência das entidades reguladoras independentes*, Dissertação de mestrado em Direito & Gestão (inédita), na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014.
18. GONÇALVES, Pedro Costa, CABRAL, Margarida Olozabal, FARINHO, Domingos Duarte, ALTE, Sofia Tomé d', FONSECA, Rui Guerra da, MARTINS, Jorge Silva, FERREIRA, Rui Cardona, COSTA, Vasco Freitas da, ANTUNES, Tiago, SILVEIRA, João Tiago, ETTNER, Diana, *O Governo da Administração Pública*, Coimbra. Livraria Almedina, 2013.
19. GOUVEIA, Jorge Bacelar; *Manual de Direito Constitucional*, Coimbra, Livraria Almedina, 2005.
20. KARAM, Fabiana Silveira; *As agências reguladoras no cenário brasileiro*, Curitiba, 2008, disponível na internet em www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=920
21. LOPES, Ana, CALEIRA, João e TEIXEIRA, RITA, *Administração independente*, working paper disponível na internet em www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/jbg_MA_14188.ppt.
22. MARTINS, Filipa Miranda; *A A3ES como Entidade Reguladora Independente*, Dissertação de mestrado em Direito, Ciências Jurídico Económicas (inédita), na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, s/d.
23. MIRANDA, Jorge; *Manual de Direito Constitucional*, tomo V, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

24. MORAIS, Carlos Blanco de; *Le autorità amministrative indipendenti nell'ordinamento portoghese* in *Diritto Pubblico Comparato ed Europeo 2000 – III*, Torino, G. Giappichelli Editore.
 25. --- *Las autoridades administrativas independientes en el orden constitucional portuguesa* in *Documentación Administrativa*, n.º 257-258 (Mayo – Diciembre 2000), Madrid, Dialnet.
 26. --- *As autoridades administrativas independentes na ordem jurídica Portuguesa* in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 61, n.º 1, Lisboa, Janeiro 2001.
 27. MORAIS, Luís da Silva, *La défense de la concurrence au Portugal - Les Relations entre l'Autorité de la Concurrence et les Autorités de Régulation Sectorielle – Les Sanction en Cas d'Atteintes à la Concurrence*, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Marcello Caetano*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, p. 127 e ss., disponível na internet em http://www.pazferreira.pt/xms/files/Trabalhos_Cientificos/Acessiveis_para_Consulta/LM-Rap-HCapitant7-8-06.pdf
 28. OCHA, Gabriela Paes de Carvalho; *Mecanismos de legitimação da atividade regulatória: uma análise dos contextos português e brasileiro com contribuições europeias e norte-americanas*, in *Revista de direito de informática e telecomunicações*, ano 4, n.º 7, Belo Horizonte, Julho/Dezembro 2009, p. 73 e ss.
 29. OTERO, Paulo; *Legalidade e Administração*, Coimbra, Livraria Almedina, 2007.
 30. PACA, Cremildo, *As Autoridades Administrativas Independentes e o Provedor de Justiça no Direito Angolano*, Luanda, Edições Maianga, 2011.
 31. PORTO, Manuel Lopes, VILAÇA, José Luís da, CUNHA, Carolina, GORJÃO-HENRIQUES, Miguel, e ANASTÁCIO, Gonçalo, *Lei da concorrência – Comentário conimbricense*, Coimbra. Livraria Almedina, 2013.
 32. ROZEIRA, Gustavo Gramaxo; *A «crise da Lei» no pensamento jurídico contemporâneo*, in *Revista da Universidade Lusófona*, vol. I, n.º 1, Porto, 2012, disponível na internet em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3431/2969-10270-1-PB.pdf?sequence=1>.
 33. SILVA, João Nuno Calvão da; *Mercado e Estado – Serviços de interesse económico geral*, Coimbra, Livraria Almedina, 2008.
 34. VICENTE, Marta de Sousa Nunes, *A Quebra da Legalidade Material na Actividade Normativa de Regulação Económica*, Coimbra, Coimbra Editora, 2012.
- ii) **Jurisprudência:**
1. Acórdão n.º 365/08 do Tribunal Constitucional; citado a título informativo.
 2. Acórdão n.º 613/08 do Tribunal Constitucional; citado a título informativo.
 3. Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 3 de Fevereiro de 2004 (Recurso n.º 208/03); citação com carácter decisivo na sentença.
 4. Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 17 de Fevereiro de 2004 (Recurso n.º 171/03); citação com carácter decisivo na sentença.
 5. Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 1 de Junho de 2004 (Recurso n.º 193/03); citação com carácter decisivo na sentença.
 6. Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 20 de Outubro de 2004 (Recurso n.º 223/03); citação com carácter decisivo na sentença.
- iii) **Actos administrativos:**
1. Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República n.º 81/2004; citação com carácter decisivo na conclusão.
 2. Parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados n.º 70/2011, de 5 de Dezembro de 2011; citado a título informativo.
- iv) **Programas lectivos:**
1. ANDRADE, José Carlos Vieira de; bibliografia recomendada para a unidade *curricular* de Direito Administrativo da licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1.ª turma, ano lectivo 2011/2012.

2. CARDOSO, José Lucas; *A posição institucional do Provedor de Justiça – O Ombudsman entre a assembleia parlamentar, a administração pública e o cidadão*, Coimbra, Wolters Kluwer – Coimbra Editora, 2012, 159 pp.

(http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?MENU_LEFT_ID_CLASSE=578&SUB_NAV_ID_CLASS=&SUB_NAV_ID_OBJ=34578).

3. CARDOSO, José Lucas; *A dimensão cultural do Estado – Contributo para uma análise do núcleo cultural da Constituição da República Portuguesa* (tese de doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas, no prelo).

b) Monografias em co-autoria

1. COLAÇO, António Pragal, CARDOSO, José Lucas, GOMES, Ana Paula, MATIAS, Ana Chambel e MENDES, José Pereira; *Lei da Amnistia anotada: respectiva aplicação e exclusão*, Lisboa, Vislis Editores, 1999, 62 pp.

c) Colaboração em obras colectivas

1. CARDOSO, José Lucas; *Administração Independente*, in GOUVEIA, Jorge Bacelar (director); *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 3.º suplemento, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, p. 24 a 35

(http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?MENU_LEFT_ID_CLASSE=187&SUB_NAV_ID_CLASS=&SUB_NAV_ID_OBJ=19950).

2. CARDOSO, José Lucas; *Autoridades Administrativas Independentes*, in GOUVEIA, Jorge Bacelar (director); *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 3.º suplemento, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, p. 45 a 59

(http://www.livrariajuridica.com/ins_product.aspx?MENU_LEFT_ID_CLASSE=187&SUB_NAV_ID_CLASS=&SUB_NAV_ID_OBJ=19950).

3. CARDOSO, José Lucas; *Autoridade Administrativa Independente*, in GOUVEIA, Jorge Bacelar, e COUTINHO, Francisco Pereira (coordenação), *Enciclopédia da Constituição da República Portuguesa*, Lisboa, Quid Juris, 2013, p. 50 a 52 (<https://www.quidjuris.pt/Default.aspx?TAG=BOOK&Id=969>).

4. CARDOSO, José Lucas; *Provedor de Justiça*, in GOUVEIA, Jorge Bacelar, e COUTINHO, Francisco Pereira (coordenação), *Enciclopédia da Constituição da República Portuguesa*, Lisboa, Quid Juris, 2013, p. 308 a 310 (<https://www.quidjuris.pt/Default.aspx?TAG=BOOK&Id=969>).

5. CARDOSO, José Lucas; *Provedor de Justiça*, in GOUVEIA, Jorge Bacelar, e SANTOS, Sofia (coordenação), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, Livraria Almedina, 2015, p. 353 a 358 (http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=26726)

6. CARDOSO, José Lucas; *Defensor del Pueblo Adjunto*, in CONSTENLA, Carlos R., MILOS Hurtado, J., e NATÓ, Alejandro, *Diccionario del Defensor del Pueblo*, Buenos Aires (no prelo).

d) Artigos publicados em revistas da especialidade

1. CARDOSO, José Lucas; *Do problema dos conceitos jurídicos indeterminados no Direito Administrativo – Para uma análise dos limites funcionais da jurisdição administrativa*, in *POLIS - Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, n.º 1, 1994, p. 11 a 54 (<http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/polis/article/view/929>).

2. CARDOSO, José Lucas; *Sobre o direito das organizações não governamentais de ambiente à informação administrativa* in *Revista de Direito do Ambiente e Ordenamento do Território*, n.º 11, 2004, p. 47 a 63 (http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=3094).

3. CARDOSO, José Lucas; *Aspectos pluridisciplinares do projecto de Constituição europeia – Os aspectos constitucionais in Lusíada – Revista de Ciência e Cultura*, Direito, n.º 3, Série II, 2005, p. 215 a 233

(<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/ldl/article/view/729/812>).

4. CARDOSO, José Lucas; *Sobre o mandato do Provedor de Justiça - Os mecanismos concretizadores da independência do titular*, in *POLIS – Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, n.º 17, 2008, p. 131 a 177 (<http://editora.lis.ulusiada.pt/livros/livro427.htm>).

5. CARDOSO, José Lucas; *Os pressupostos de admissibilidade de queixas pelo Provedor de Justiça – Abertura ou restrição do acesso dos cidadãos a um órgão de defesa dos seus direitos fundamentais?* in *Revista de Direito Público*, n.º 2, 2.ª série, Julho/Dezembro 2009, p. 91 a 132 (http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=9410).

6. CARDOSO, José Lucas; *O dever de cooperação com o Provedor de Justiça – Uma tarefa de Sísifo na interpelação das autoridades públicas?* in *Lusíada – Revista de Ciência e Cultura*, Direito, n.º 7, Série II, 2010, p. 75 a 97

(<http://editora.lis.ulusiada.pt/livros/livro464.htm>).

7. CARDOSO, José Lucas; *Sobre o direito das organizações não governamentais de ambiente à informação administrativa in JusJornal*, n.º 1258, de 17 de Junho de 2011 (republicação do artigo mencionado em d) 2., *supra*; disponível na internet em

<http://jusjornal.coimbraeditora.pt/Content/DocumentView.aspx?params=H4sIAAAAAAAEAO29B2AcSZYIJi9tynt/SvVK1+B0oQiAYBMk2JBAEOzBiM3mkuwdaUcjKasqgcplVmVdZhZAzO2dvPfee++999577733ujudTif33/8/XGZkAWz2zkrayZ4hgKrIH9+fb8/IorZ7L0nb3b42du/v/cLL/O6KarlZ3s7u7s793fu4YPi/PppNX1zvco/a+t1/v8Aph3i/jQAAAA=WKE>).

d) Lições académicas

1. CARDOSO, José Lucas e VERÍSSIMO, Nuno; *Direito Internacional II – Sumários de Direito Internacional segundo as prelecções aos alunos do 5.º ano jurídico da Universidade Lusíada de Lisboa no 2.º semestre do ano lectivo 2003/2004* (policopiado), 186 pp.

2. CARDOSO, José Lucas; *Direitos Fundamentais – Sumários de Direitos Fundamentais segundo as prelecções aos alunos do 2º ano jurídico da Universidade Lusíada de Lisboa no 1º semestre do ano lectivo 2008/2009* (policopiado), 116 pp.

e) Recensões críticas

1. CARDOSO, José Lucas; Recensão crítica ao livro de LUÍS BARBOSA RODRIGUES, *O Referendo Português a Nível Nacional*, Coimbra Editora, Coimbra, 1994, 292 pp., in *Polis – Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, n.º 1, 1994, p. 210 a 213.

2. CARDOSO, José Lucas; Recensão crítica ao livro de ANTÓNIO FRANCISCO DE SOUSA, “*Conceitos indeterminados*” no *Direito Administrativo*, Livraria Almedina, Coimbra, 1994, 268 pp., in *Polis – Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, n.º 2, 1995, p. 160 a 165.

3. CARDOSO, José Lucas; Recensão crítica ao livro de PAULO FERREIRA DA CUNHA, *Para uma História Constitucional do Direito Português*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, 455 pp., in *Polis – Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, n.º 4-51, 1995, p. 291 a 297.

4. CARDOSO, José Lucas; Recensão crítica ao livro de PAULO OTERO, *O poder de substituição em Direito Administrativo: Enquadramento dogmático-constitucional*, Lex Editora, Lisboa, 1995, 2 vol.s, 978 pp., in *Polis – Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, n.º 6, 1998, p. 188 a 193.

5. CARDOSO, José Lucas; Recensão crítica ao livro de VITAL MOREIRA, *Administração autónoma e associações públicas*, Coimbra Editora, Coimbra, 1997, 617 pp., in *Polis – Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, n.º 7-8, 1999, p. 285 a 287.

e) Compilações legislativas e jurisprudenciais

1. CARDOSO, José Lucas; *Colectânea de Legislação de Direito Constitucional*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, vol. I, 2.^a série, 4.^a edição, 2011, 355 pp., vol. II, 2.^a série, 4.^a edição, 2011, 214 pp., e vol. III, 2.^a série, 3.^a edição, 2011, 227 pp., incorporada na colecção *Textos de Apoio*, Série *Licenciatura em Direito*, sob os n.ºs 49, 50 e 51, respectivamente.

2. ASCENSÃO, Joaquim Marques e CARDOSO, José Lucas; *Seleção de Jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, Junho de 2007, 104 pp., incorporada na colecção *Textos de Apoio*, Série *Licenciatura em Direito*, sob o n.º 131.

VI. Participação em seminários, cursos e conferências com intervenção

1. Conferencista no *I Curso especializado em formação diplomática*, organizado pelo departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada, em Setembro de 1994, encarregue da apresentação do tema *O regime jurídico dos espaços marítimos*.

2. Conferencista no *II Curso especializado em formação diplomática*, organizado pelo departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada, em Setembro de 1995, responsável pela apresentação do tema *O regime jurídico dos espaços marítimos*.

3. Conferencista na *Acção de formação sobre a actual legislação turística*, realizada na Delegação Regional do Algarve do Ministério da Economia, em Março de 1999.

4. Conferencista no colóquio *Aspectos pluridisciplinares do projecto de Constituição Europeia*, organizado pelo departamento de Direito da Universidade Lusíada, em 4 de Dezembro de 2003, com a apresentação de uma comunicação sobre os *Aspectos Constitucionais*.

5. Conferencista em acção de formação subordinada ao tema *Autoridades administrativas independentes – seu enquadramento jurídico-político*, na Sociedade de Advogados *Miranda, Correia, Amendoeira & Associados*, em 24 de Janeiro de 2008.

6. Conferencista no *VII Curso especializado em formação diplomática*, organizado pelo departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada, em Janeiro de 2009, responsável pela apresentação dos módulos: *As Comunidades Europeias: criação, evolução e alargamentos* (Grupo II; tema 8), *A União Europeia: do Tratado de Maastricht de 1992 ao Tratado de Lisboa de 2007* (*idem*, 9), *O Direito Constitucional da União Europeia: princípios, organização e competências* (*idem*, 10) e *As principais funções da Comunidade Europeia: mercado interno, políticas comuns, concorrência, política comercial externa e cidadania europeia* (*idem*, 11).

7. Conferencista no *Seminário Permanente do Ciclo de Doutoramento* na *Universidade Autónoma de Lisboa*, com apresentação de uma palestra subordinada ao tema *Direitos e deveres culturais na Constituição da República Portuguesa*, em 12 de Fevereiro de 2015 (cfr. http://autonoma.pt/pt/departamento.asp?det=15975&id=3178§ion=/universidade_autonoma/Departamentos/Direito/Noticias&title=Ciclo-de-Doutoramento).

8. Conferencista no *Curso de Direito da Cultura*, promovido pela Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, responsável pelo módulo *A cultura na Constituição*, em 4 de Março de 2015.

9. Conferencista nos *III e IV Cursos breves sobre O novo Código do Procedimento Administrativo*, promovidos pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, responsável pelo módulo *As impugnações administrativas e as garantias dos particulares*, respectivamente em Abril e Junho de 2015.

10. Conferencista no *IX Curso especializado em formação diplomática*, organizado pelo departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada, em Junho de 2015,

José António Martins Lucas Cardoso

responsável pelos módulos: *Direito Internacional dos Direitos Humanos, Relações entre o Direito Internacional e o Direito interno dos Estados, Vinculação Internacional do Estado Português e Responsabilidade Internacional dos Estados.*

VII. Participação em júris de concursos públicos

1. Membro do júri das provas de admissão ao XXVII Curso de Formação de Magistrados, de 23 de Junho a 4 de Julho de 2008.

VIII. Outras participações e intervenções

1. Participante na fase final dos *Jogos de Direito Prof. Doutor Castro Mendes*, em Abril de 1990.

IX. Conhecimentos de línguas estrangeiras

Língua	Leitura	Escrita	Conversação
Francês	Bom	Elementar	Bom
Inglês	Bom	Elementar	Elementar
Castelhano	Excelente	Excelente	Excelente
Italiano	Bom	Elementar	Elementar

X. Conhecimentos de informática

1. Curso de *Informática na Óptica do Utilizador*, no âmbito do *PROFAP – Programa Integrado de Formação para a Modernização da Administração Pública*, com a duração de 90 horas repartidas pelos módulos de *Windows, Word, Excel e Access*.

2. Curso de *Excel Nível I*, na Provedoria de Justiça, com a duração de 30 horas.

3. Curso temático de curta duração, na Universidade Lusíada, “Como criar e utilizar uma Base de Dados em *Access*”, com a duração de 8 horas.